

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(ORGANIZADORA)

Desafios das  
**CIÊNCIAS SOCIAIS  
APLICADAS**  
no desenvolvimento da ciência

2



Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(ORGANIZADORA)

Desafios das  
**CIÊNCIAS SOCIAIS  
APLICADAS**  
no desenvolvimento da ciência

2



### **Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Editora executiva**

Natalia Oliveira

### **Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecária**

Janaina Ramos

### **Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

### **Imagens da capa**

iStock

### **Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof.ª Dr.ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof.ª Dr.ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof.ª Dr.ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof.ª Dr.ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof.ª Dr.ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof.ª Dr.ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof.ª Dr.ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof.ª Dr.ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof.ª Dr.ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof.ª Dr.ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Dr.ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof.ª Dr.ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaiddy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Luciana Pavowski Franco Silvestre

### Da dos Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D441 Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0011-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.110222303>

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o Ebook “Desafios das Ciências Sociais Aplicadas no Desenvolvimento da Ciência”. Com um total de trinta e dois artigos organizados em dois volumes que congregam pesquisas relacionadas a cinco temáticas principais.

No volume 1: Políticas Públicas; Política de educação e práticas relacionadas a atuação do serviço social. No volume 2: O mundo do trabalho e geração de renda e Comunicação, tecnologia e inovação.

As pesquisas mostram-se contemporâneas e relevantes diante dos desafios identificados para a vida em sociedade, pautando temáticas como a pandemia, as relações trabalhistas, estratégias de inovação para fortalecimento da cidadania, enfrentamento as situações de pobreza, violência, aspectos territoriais, consumo, comunicação, reformas trabalhistas e previdenciárias.

Para além da importância das temáticas abordadas, o Ebook pauta o desafio da ciência na abordagem de dimensões bastante complexas que exigem rigor teórico e metodológico para a realização de análises do tempo presente, mas além disto, um tempo permeado por turbulências e inquietações que tornam a pesquisa nas Ciências Sociais ainda mais necessária.

As dimensões das pesquisas que compõem os dois volumes do Ebook apresentam correlação entre si, possibilitando um olhar mais integral e contextualizado dos elementos que implicam nos diferentes fenômenos estudados.

Ressaltar este aspecto mostra-se necessário diante dos objetivos do desenvolvimento de pesquisas nas Ciências Sociais, dentre as quais identifica-se o reconhecimento das diferentes características das relações sociais instituídas, desafios e problemas expressos e possibilidades de identificação de estratégias que venham a atender as necessidades existentes. Estes elementos, não de forma linear, mostram-se presentes no desafio e na necessidade de se fazer ciência através das Ciências Sociais.

Desejo uma ótima leitura a todas e a todos, e que estes artigos possam inspirar e contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas e para o desvelamento das diferentes nuances da vida em sociedade.

Luciana Pavowski Franco Silvestre




## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

TENDÊNCIA DO CRESCIMENTO DO VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL NOS ESCRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO


Paulo André de Oliveira  
Sergio Augusto Rodrigues  
Carlos Roberto Padovani  
Ricardo Ghantous Cervi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223031>

### **CAPÍTULO 2..... 9**

O POTENCIAL DE ECONOMIA NO MERCADO LIVRE DE ENERGIA BRASILEIRO PARA DIFERENTES CONSUMIDORES E DISTRIBUIDORAS


Bruno Rodrigues Fernandes Franciscato  
Lumila Souza Girioli Camargo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223032>

### **CAPÍTULO 3..... 38**

CONSTRUINDO UMA ECONOMIA SOLIDARIA E INCLUSIVA E UMA TRAJETÓRIA CONSTITUTIVA DO BEM VIVER: EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES


Tania Cristina Teixeira  
Emmanuele Araújo da Silveira  
Karen Munhoz de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223033>

### **CAPÍTULO 4..... 59**

UMA ADAPTAÇÃO DA TÉCNICA FREINET PARA AVALIAÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO


Silvia Grizafis Ferreira  
Vilmara Sabim Dechandt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223034>

### **CAPÍTULO 5..... 72**

PRECARIEDAD Y PROFESIÓN DEL MERCADO LABORAL DEL TRABAJADOR SOCIAL EN EL ESTADO DE HIDALGO 2005-2012

Carlos Martínez Padilla







 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223035>

### **CAPÍTULO 6..... 88**

FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E DURAÇÃO DE CRISES: UMA ANÁLISE DE PAÍSES SELECIONADOS


Alex Gomes Estevam

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223036>

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>106</b>
PÓS-DEMOCRACIA, REFORMA TRABALHISTA E A LIMITAÇÃO À ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO CRÍTICA E PONTUAL	
Maria Soledade Soares Cruzes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223037">https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223037</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>120</b>
PLANO DE NEGÓCIOS COMO INSTRUMENTO FUNDAMENTAL NA SOLIDEZ DO MERCADO	
Aline Camargo Iara Sônia Marchioretto	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223038">https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223038</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>130</b>
PREFERÊNCIA PELA REMUNERAÇÃO POR DESEMPENHO: ANTECEDENTES E CONSEQUENTE NO CONTEXTO BRASILEIRO	
Leonardo Quintas Rocha Bruno Felix Von Borell de Araujo	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223039">https://doi.org/10.22533/at.ed.1102223039</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>153</b>
A PERDA DO DIREITO DE ADOECER: O TRABALHADOR FRENTE AO DESMONTE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Ana Claudia Caldas Mendonça Semêdo Tássia Cristina Palma Sampaio Nascimento	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230310">https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230310</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>162</b>
ACIDENTES, MORTES E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM UMA EMPRESA DE ELETRICIDADE: O CASO DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DA CEMIG	
Igor Silva Figueiredo	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230311">https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230311</a>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>173</b>
INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO E O PAPEL DOS ATORES POLÍTICOS: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS	
Danielle de Araújo Bispo Hironobu Sano Elisabete Stradiotto Siqueira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230312">https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230312</a>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>190</b>
RELATO DE EXPERIÊNCIA QUANTO AO PROJETO DE EXTENSÃO: “A REPRESENTAÇÃO FOTOGRÁFICA COMO REFLEXO DO IMAGINÁRIO SOCIAL DOS CENTROS URBANOS”	
Maria de Lourdes Vieira Frujeri	

Patrícia Bárbara Sousa da Silva

Patrícia Albuquerque de Lima


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230313>

**CAPÍTULO 14..... 214**

TRANSPORTE ALTERNATIVO NO RIO DE JANEIRO: UMA ESTRATÉGIA DE CONTORNAMENTO TERRITORIAL

Leonardo Oliveira Muniz da Silva

Giovani Manso Ávila

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230314>


**CAPÍTULO 15..... 226**

O IMPACTO GERADO NOS CONSUMIDORES PELA SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES NO CONTEXTO ONLINE: UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA

Danieli Hermes Rodrigues

Ana Rita Catelan Callegaro

Rosane Maria Seibert


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230315>

**CAPÍTULO 16..... 235**

IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NOS EMPREGOS E O FUTURO DO TRABALHO PÓS ERA COVID

Euriam Barros de Araújo

Zulmara Virginia de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230316>

**CAPÍTULO 17..... 246**

A INTELIGENCIA ARTIFICIAL COMO AUXILIAR DA EXECUÇÃO DA AUDITORIA E MONITORAMENTO NO PROGRAMA DE COMPLIANCE

Lara Regina Morais Evangelista


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230317>

**CAPÍTULO 18..... 256**

ESTRATÉGIAS DE DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EJA EM BIBLIOTECAS

Valdirene Pereira da Conceição

Maurício José Morais Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230318>

**CAPÍTULO 19..... 262**

ESTUDO EXPLORATÓRIO-DESCRIPTIVO ACERCA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO SOB A ÓTICA DE PERITOS OFICIAIS DE NATUREZA CRIMINAL

Epaminondas Gonzaga Lima Neto

Ana Karla de Souza Abud

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.11022230319>

<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>275</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>276</b>

## FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E DURAÇÃO DE CRISES: UMA ANÁLISE DE PAÍSES SELECIONADOS

*Data de aceite: 01/03/2022*

**Alex Gomes Estevam**

Economista

São Paulo, SP

[https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG\\_MENU.menu?f\\_cod=FEF0DB9F7A31792F424764F34781205D#](https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=FEF0DB9F7A31792F424764F34781205D#)

**RESUMO:** Trata-se de uma pesquisa de campo que teve como objetivo investigar se há relação entre a flexibilização do mercado de trabalho e a velocidade de recuperação da atividade econômica, assim como a mitigação dos índices de desemprego, após ocorrências de recessões em países selecionados (Argentina, Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos e México). Para a coleta de dados e informações sobre taxas de desemprego, produto interno bruto (PIB) e legislações, antes e pós-reformas laborais, foram selecionados artigos que continham aspectos relacionados aos objetivos da pesquisa e obtidos dados em órgãos como: Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Os resultados apontaram que existem diversos estudos que abordam os impactos principalmente sociais das flexibilizações, no entanto, não os relacionam com outras variáveis econômicas importantes, como o crescimento ou mitigação do produto interno e os níveis de desemprego. Evidenciou-se ainda que somente uma legislação trabalhista mais flexível, isoladamente, não é fator garantidor de mitigação do desemprego e crescimento econômico, sendo necessário considerar outras variáveis e aplicação de

medidas complementares a reforma trabalhista.  
**PALAVRAS-CHAVE:** Flexibilização Trabalhista; Recessão Econômica; Desemprego.

### FLEXIBILIZATION OF LABOR LEGISLATION AND DURATION OF CRISES: AN ANALYSIS OF SELECTED COUNTRIES

**ABSTRACT:** This is a field study that aimed to investigate whether there is a relationship between the flexibilization of the labor market and the speed of recovery of economic activity, as well as the mitigation of unemployment rates after the occurrence of recessions in selected countries (Argentina, Brazil, Chile, Spain, United States and Mexico). For the collection of data and information on unemployment rates, gross domestic product (GDP) and legislation, before and after labour reforms, articles were selected that contained aspects related to the research objectives and obtained data from bodies such as the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank. The results showed that there are several studies that address the mainly social impacts of flexibilizations, however, they do not relate them to other important economic variables, such as the growth or mitigation of domestic output and unemployment levels. It was also evident that only more flexible labor legislation, in isolation, does not guarantee the mitigation of unemployment and economic growth, and it is necessary to consider other variables and the application of complementary measures to labor reform.

**KEYWORDS:** Labor Flexibility; Economic Recession; Unemployment.

## 1 | INTRODUÇÃO

O estudo do impacto da flexibilização da legislação trabalhista em períodos de crise econômica, de modo geral, é de grande relevância não somente pela reforma trabalhista aplicada em 2017, pela grave crise econômica que atingiu o Brasil a partir de 2016 e pela crise econômica pela qual a economia passa atualmente. A importância está no fato de os ciclos econômicos estarem cada vez mais frequentes e seus impactos cada vez maiores, ocasionando mudanças estruturais significativas na conjuntura da economia global e nas relações trabalhistas. A compreensão de como isso se dá no presente e se dará no Brasil pós-reforma é, de certa forma, preparar o país para as futuras recessões econômicas que são inevitáveis no sistema capitalista.

## 2 | CONCEITO DE FLEXIBILIZAÇÃO

A flexibilização nas normas trabalhistas foi apresentada de forma integral pelo pensamento denominado neoliberal, que crê na eliminação de parte expressiva das leis de proteção aos trabalhadores por entender que, grandes partes destas leis impedem uma maior competitividade internacional, crescimento econômico e elevação do nível de vida de um país como um todo (Potobsky, 1995, p.11).

O conceito de flexibilização relaciona-se a desregulamentação de leis já existentes que, para Romagnoli (1992, p.18), tem por objetivo ajudar as empresas a se tornarem mais competitivas – ao reduzirem os custos de produção e ampliar suas taxas de lucro – para superarem com maior êxito períodos de crises econômicas. Explicitando assim que, a flexibilização do direito dos trabalhadores trata-se de um conjunto de medidas para com propósito de afrouxar, adaptar e/ou eliminar normas trabalhistas do acordo com a realidade econômica vigente.

É possível também se interpretar a flexibilização, como uma forma jurídica que possibilita a empresa ajustar sua produção e contratação de mão de obra perante as flutuações do sistema econômico, inovações tecnológicas e diversos outros fatores que podem influenciar a tomada de decisão dos empresários em investir ou não investir (Numhauser-Henning, 1993, p.76).

Em síntese, o principal argumento para validar a flexibilização das leis trabalhistas, é a necessidade de o país se adaptar aos padrões das economias concorrentes em âmbito internacional perante uma economia globalizada, mitigação das taxas de desemprego que acometem cada vez mais trabalhadores e reduzir os níveis de trabalho informal e colaborar para com o crescimento em períodos de recessões econômicas.

### 2.1 Prós e contras a flexibilização

Há diversos argumentos, de muitos autores, que defendem uma maior flexibilização da legislação trabalhista, assim como há, também, aqueles que são críticos a tais mudanças

nas leis conquistadas pelos trabalhadores ao longo do tempo.

Para aqueles que defendem uma legislação trabalhista mais flexível, uma legislação rígida somada aos avanços tecnológicos, internacionalização da economia por meio da globalização e as diversas crises econômicas que o sistema capitalista passa, colabora de forma significativa para com o aumento das taxas de desemprego - que não para de crescer a nível mundial -, e para com o crescimento da quantidade de trabalhadores informais (GHISLENI, 2014).

Os defensores da flexibilização apontam ainda que num cenário atual global, devido às diversas crises econômicas, uma legislação mais maleável colabora para com a criação de milhares de postos de emprego e redução do trabalho informal. Além disso, permitindo-se flexibilizar as jornadas de trabalho – reduzindo a carga horária dos trabalhadores -, redução salarial, redução das cargas tributárias e gastos sociais (desonerar a folha de pagamento), a empresa poderá investir em si própria ampliando, o que representa ampliação de produção e mais contratações de trabalhadores (AGUIAR, 2009, p. 03).

Por outro lado, segundo aqueles que são contra as flexibilizações das leis trabalhistas, acreditam que a desregulamentação é algo nocivo aos trabalhadores, pois retira direitos conquistados ao longo da história com muito esforço e luta (NASIHGIL, 2015, p. 122).

Os combatentes da flexibilização dão como exemplo negativo os países europeus que adotaram tais medidas para superar momentos de recessão econômica e que não obtiveram os resultados esperados. Trazendo somente prejuízos aos trabalhadores. Apontam que, os índices de desemprego continuam elevados, os salários têm caído de forma expressiva e a precarização do trabalho também é cada vez maior (NASIHGIL, 2015, p. 122).

De acordo com Aguiar:

Com o aumento do desemprego, as empresas têm mão de obra barata à sua disposição. O aumento do número de trabalhadores, o chamado exército de reserva, deixa os capitalistas em posição confortável diante da necessidade de utilização desses trabalhadores. Oferecem pouco, por pouco tempo e sem muitas garantias, aumentando suas margens de lucro (2009, p.03).

Outros pontos importantes que são observados relacionam-se ao enfraquecimento dos sindicatos, levando os trabalhadores a negociarem diretamente com as empresas, reduzindo seu poder de negociação perante o empresário. Há também a diminuição da arrecadação no que se refere à legislação social (Previdência Social, Seguro Desemprego, etc.), usado pelo Estado para garantir benefícios aos próprios trabalhadores (AGUIAR, 2009, p. 03).

Creem, por fim, que a flexibilização pode sim aumentar de forma expressiva a produtividade como um todo, mas que, tal aumento, não se dará de forma sustentável e proporcional aos salários dos trabalhadores. Colaborando para com a mitigação do seu poder de compra e consumo, o que pode agravar ainda mais uma recessão econômica.

Pois, “quanto menor poder aquisitivo nas mãos da população, menor a circulação de bens e mercadorias” (NASIHGIL, 2015, p. 125).

### 3 | AS CRISES E SEUS IMPACTOS NOS PAÍSES SELECIONADOS

#### 3.1 Primeiro choque do petróleo (1973) – EUA, Chile e Argentina

Durante a década de 1970, um acontecimento regional desencadeou um grande impacto no cenário econômico internacional. Em outubro de 1973, tropas Sírias e Egípcias atacaram Israel, com objetivo declarado de recuperar os territórios ocupados por este na Guerra de 1967. Semanas após o início da Guerra do Yom Kippur (ou Guerra de Outubro de 1973), pela primeira vez o petróleo foi usado como instrumento político (daí ser chamado mais tarde pelos árabes de “revolução do petróleo”) (FARES, 2007, p. 129-145).

O embargo no fornecimento do commodity pelos países membros da OPEP começou primeiramente com os Estados Unidos e Holanda (considerados apoiadores de Israel), com estabelecimento de cortes mensais de produção. Além disso, houve um aumento significativo no preço do barril, que passou de US\$ 3 para US\$12, em dezembro de 1973 (FARES, 2007, p. 129-145).

A crise do petróleo no Oriente Médio gerou um grande impacto no PIB (Produto Interno Bruto) dos Estados Unidos, colaborando para uma recessão de dois anos seguidos (1974 e 1975), onde houveram quedas de -0,5% e -0,1%, respectivamente. No entanto, em 1976, ocorreu uma grande recuperação da atividade econômica, onde o produto alcançou cerca de 5,3%, como ilustrado na figura 1.



Figura 1 - Evolução do PIB dos Estados Unidos na década de 70.

Fonte: Banco Mundial.

Diversos fatores podem ter colaborado para saída da recessão, como o alto grau de flexibilidade de sua legislação trabalhista – que permite o setor produtivo alocar melhor os recursos em períodos de dificuldade na economia. Assim como, segundo Fares (2007), o fato de cerca de 25% do consumo de petróleo nos EUA, naquela época, ser destinado para fins residenciais, 63% para transportes e apenas 12% para indústria. Isso expressa que quase 2/3 do consumo destinava-se para setores de fácil compreensão, ou seja, em que o



governo pedia atuar de forma direta.

No caso do Chile, o processo de profundas reformas estruturais em diversos campos ocorridas a partir da década de 1970, surgiram como forma de conter a crise generalizada que afetava o país, ajudar a alcançar a estabilidade macroeconômica e melhorar a eficiência da economia.

O PIB chileno já vinha apresentando um desempenho negativo desde do ano anterior ao da Primeira Crise do Petróleo, com recessão de -1% em 1972 (Figura 2). Após o choque, a situação do produto teve uma piora, com uma queda acentuada de -5% em 1973. Onde, neste mesmo ano, iniciam-se as primeiras flexibilizações da legislação trabalhista, fator colaborativo para o crescimento de 2,3% em 1974. Porém não suficiente para impedir a queda de -12,9% no ano seguinte, tendo assim, uma recuperação mais constante ocorrendo somente a partir de 1976, com um crescimento do produto bruto interno de 3,8%.

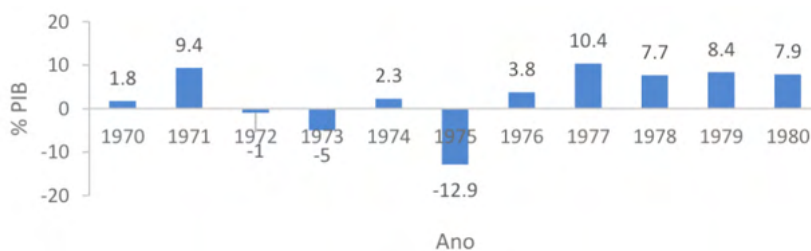


Figura 2 - Evolução do PIB do Chile na década de 70.

Fonte: Banco Mundial.

Já na Argentina durante os anos de 1973 e 1976, houve ampliação de legislação trabalhistas com a criação da “Ley de Contrato de Trabajo”. O aumento da garantia de direitos aos trabalhadores argentinos, durante os dois primeiros anos de gestão peronista, 1973 e 1974, não impediu o crescimento do produto interno bruto do país que se deu em 2,8% e 5,5% respectivamente (Figura 3). No entanto, possivelmente agravado pela crise do petróleo e por variáveis políticas da década de 70, nos anos de 1975 e 1976, a economia argentina entra em recessão por dois anos seguidos: 0% em 1975 e -2% em 1976.

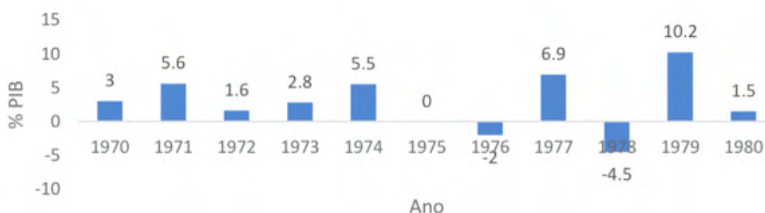


Figura 3 - Evolução do PIB Argentino na década de 70.

Fonte: Banco Mundial.

### 3.2 Segundo choque do petróleo (1979) – Estados Unidos

A segunda Crise ou, também chamada, Segundo Choque do Petróleo, ocorreu devido ao corte na venda e distribuição do óleo por parte do segundo maior produtor mundial, o Irã. E isso devido a Revolução Fundamentalista de 1979, que depôs o governo impopular do ditador xá Reza Pahlevi. Movimento este de cunho moralista e religioso liderado pelo aiatolá Lhomeinni, que não tinha simpatia pelos países dependentes do petróleo iraniano. Devido às grandes mudanças ocasionadas no país pelo aiatolá, houve uma grande turbulência no mercado de petróleo, o preço do produto voltou a subir a patamares grandiosos, assim como em 1973 (FARES, 2007, p. 129-145).

Após o Segundo Choque do Petróleo, a economia dos Estados Unidos sofreu com uma nova queda no PIB. Sua recessão de - 0,2% em 1980, veio acompanhada da um aumento na taxa de desemprego, de 7,2%, que vinha mitigando após o primeiro choque (Figura 4). Já em 1981, houve uma melhora no desempenho do produto interno bruto, com uma ascensão de 2,5%. Mas o desemprego continuou a crescer, atingindo a marca de 7,7%. Com uma nova recessão de - 1,9%, em 1982, a taxa de desemprego do país ficou perto da casa de dois dígitos, 9,8%. Nos anos seguintes, o desempenho da economia estadunidense se mostrou satisfatório, porém a taxa de desemprego apresentou uma redução mais lenta com relação ao aumento do produto.

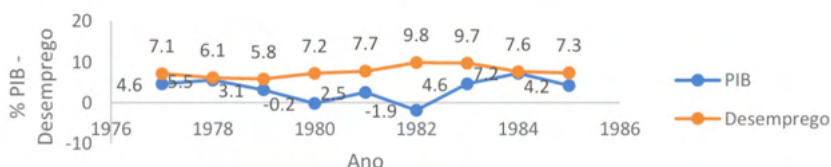


Figura 4 - Evolução do PIB e Taxa de Desemprego nos Estados Unidos.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em suma, antes do segundo choque do petróleo, a taxa de desemprego girava entorno de 5,89 (1979). Após a crise, a taxa de desocupados alcançou um auge de 9,89 (1982), taxa esta que mitigaria e voltaria ao patamar de 1979 depois de 7 anos (5,59 em 1988).

### 3.3 Dívida externa da América Latina (1982) – México, Chile e Argentina

Desde de 1950 até 1982 a América Latina, vista como região, financiava seus investimentos em infraestrutura e serviços da dívida através de novos empréstimos. Desde 1974 a balança comercial se desequilibra e a região recebe para seu saldo negativo da balança comercial um fluxo de excedentes de cerca de 60 milhões de dólares, os quais financia também através de empréstimos. Este período vai até 1982 (HINKELAMMERT,

1989).

O agravamento da dívida se deu durante a década de 1970, devido a oferta de crédito barato que se tornou um incentivo ao endividamento dos países latino-americanos. Dinheiro esse que permitiu a realização de grandes investimentos, sem aumentar os níveis de importações e desencadear grandes taxas de crescimento econômico em muitos países. A partir de 1982, os países do centro passam a exigir o pagamento da dívida. A dificuldade de acesso a financiamento externo provocou graves crises de liquidez nesses países (HINKELAMMERT, 1989).

A crise da dívida latino-americana causou grande impacto na economia mexicana. O país que vinha apresentando altas taxas de crescimento de seu PIB, assim como o pleno emprego, viu em 1982 seu produto interno cair para -0,5% e, em 1983, -3,4%. E apresentando crescimento na taxa de desemprego em 4,2% e 6,7% em 1982 e 1983 respectivamente (Figura 5).



Figura 5 - Evolução do PIB e Taxa de Desemprego no México.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

O México, que possui uma legislação mais conservadas entre os países analisados, teve uma recuperação econômica dentro de dois anos. No entanto, a economia voltou à recessão de -3% em 1986. Sendo que, nos três anos seguintes, apresenta recuperação econômica e redução das taxas de desemprego.

No Chile, entre os anos de 1978 e 1989, houve uma desregulamentação mais formal da legislação trabalhista chilena. Onde, com a elaboração do “Plan Laboral” de 1979, foram feitas modificações na “ley de inamovilidad”; houve a revogação de todos os cartões de profissões; e limitação do Estado na determinação dos níveis salariais. Além da volta da negociação coletiva, a atividade sindical no país, e o direito a greve, porém com condições diferentes.

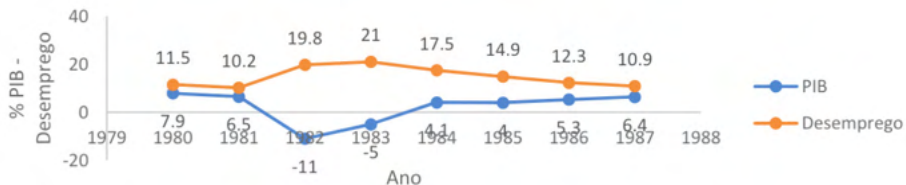


Figura 6 - Evolução do PIB e Taxa de Desemprego no Chile.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

A reforma trabalhista iniciada na Argentina na década de 80, teve dois estopins motivadores, sendo eles componentes econômicos e políticos. O primeiro, a hiperinflação que sacudiu a economia do país somada a crise da dívida externa argentina. E o segundo, fatores políticos relacionados ao período eleitoral na época, assim como o impacto do segundo choque do petróleo. É possível observar que após o segundo choque do petróleo o PIB argentino sofreu com uma queda acentuada de 10,2% em 1979 para 1,5% em 1980 e, posteriormente, para -5,1% em 1981. Já durante a crise da dívida o país apresentou uma pequena melhora, se livrando da recessão econômica dentro de dois anos, em 1983, com um crescimento de 4,3% (Figura 7).

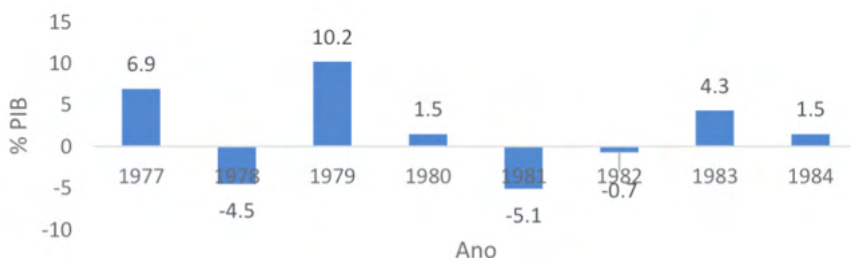


Figura 7 - Evolução do PIB e Taxa de Desemprego na Argentina.

Fonte: Banco Mundial.

### 3.4 Efeito tequila (1994) – México, Brasil e Espanha

Em dezembro de 1994, mesmo ano em que entrou em vigor o NAFTA, despontou a crise do peso mexicano, também conhecida como “efeito tequila”. Foi uma crise da dívida, com cenário de alta inflação e recessão econômica. O México deixou flutuar o peso 15% acima da banda cambial naquele mês e logo no dia seguinte as reservas diminuíram em mais de 4 milhões de dólares. A flutuação do câmbio foi uma tentativa de não esgotar as reservas. A partir daí surgiu uma das maiores crises financeiras da história do México. Antes dessas medidas, a inflação ainda era superior à americana e os preços das mercadorias que o México exportava eram altos, pois o peso estava se valorizando em relação ao dólar

e dessa forma o país perdia competitividade (ROCHA, 2004, p. 32).

A crise mexicana ocorrida entre 1994 e 1995, conhecida como “Efeito Tequila”, gerou impactos internacionais. Sendo provocada pela falta de reservas internacionais, casando desvalorização da moeda mexicana, além de ter a colaboração de variáveis políticas após a eleição do então presidente mexicano Ernesto Zedillo. A economia mexicana, no ano posterior ao da crise (1995), a queda do PIB foi de -6,29% e acompanhado de uma taxa de desemprego de 6,29%. Todavia, a recuperação se deu no ano seguinte, em 1996, com um crescimento econômico de 6,77% e com a redução do desemprego para 5,4%. Evidenciando que uma legislação mais rígida não impede na agilidade da recuperação econômica do país.

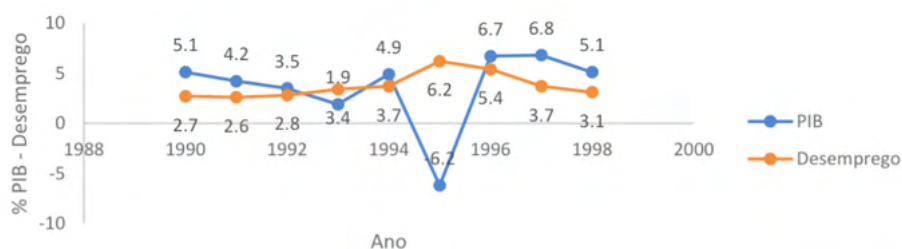


Figura 8 - Evolução do PIB e Taxa de Desemprego do México nos Anos 1990.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

No Brasil, o governo Itamar, sob o ambiente político pós-impeachment, lançou um debate nacional sobre o futuro das relações trabalhistas e a possibilidade de um contrato coletivo nacional. Mas foi com o governo de FHC, que o debate público foi suspenso, prevalecendo medidas unilaterais em favor da desregulamentação. As medidas adotadas a partir de 1994 foram alterando pontualmente a normatização de trabalho no Brasil. Após a crise mexicana, denominada “Efeito Tequila”, houve uma desaceleração do crescimento do PIB brasileiro, assim como um aumento dos índices de desemprego nos anos posteriores (Figura 9). Resultado que contraria a ideia das medidas de flexibilização das leis trabalhistas implantadas durante o governo FHC.

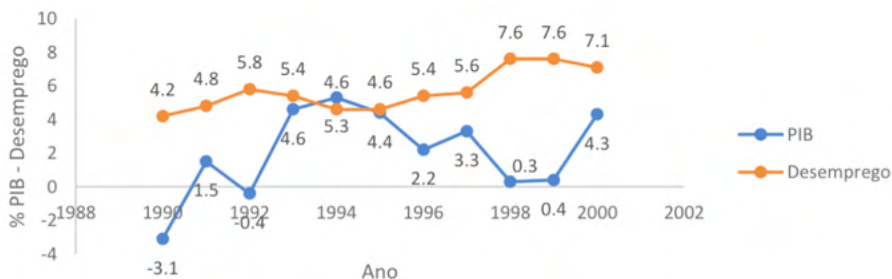


Figura 9 - Evolução do PIB e Taxa de Desemprego no Brasil nos Anos 1990.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Já na Espanha, após passar por dois anos de baixo crescimento econômico 0,9% (1992) e de recessão -1% (1993), o governo espanhol implementou as primeiras flexibilizações na legislação trabalhista do país. Tendo por objetivo incentivar o crescimento e mitigar o desemprego que, em 1994, chegou a 24,1% (Figura 10). Com a implantação de tais medidas, nos anos posteriores, se pode observar o crescimento do produto, assim como redução lenta das altas taxas de desemprego. Explicitando o efeito benéfico da reforma trabalhista na economia.

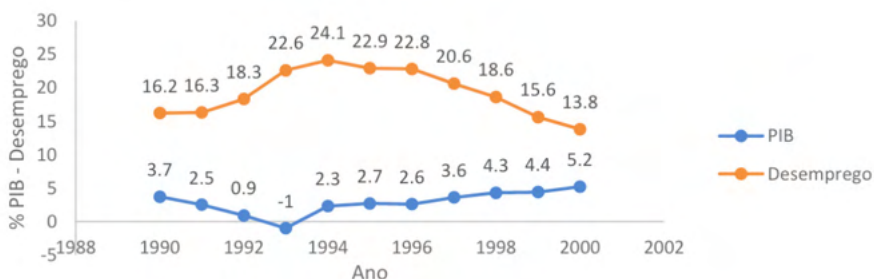


Figura 10 - Evolução do PIB e Taxa de Desemprego da Espanha nos Anos 90.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

### 3.5 Crise do subprime (2007/2008) – Estados Unidos, Espanha e México

No início de 2007 surgiram os primeiros sinais de uma aguda crise financeira nos EUA. A crise teve origem no mercado imobiliário, sobretudo, no segmento denominado de subprime. Com o aumento da inadimplência do pagamento dos empréstimos baseados no crédito hipotecário ocorreu forte contração da oferta de crédito imobiliário que, por sua vez, provocou queda nas vendas e no preço dos imóveis (CARCANHOLO, 2008, p. 197-234).

A crise imobiliária norte americana, iniciada em 2007, impactou também diversos outros países. A economia estadunidense sofre com dois anos seguidos de recessão em

2008 e 2009 com produto em -0,2% e -2,7% respectivamente. Já o desemprego apresentou crescimentos expressivos. Sendo que em 2010, mesmo havendo um crescimento de 2,7% do produto interno, o desemprego continuou a crescer atingindo 9,7% (Figura 11).



Figura 11 – PIB e Taxa de Desemprego dos EUA durante a Crise do Subprime.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

O México também sentiu a crise imobiliária que desde 2007 colaborou para desaceleração econômica e, em 2009, para o auge da recessão com PIB de -5,2%. No entanto a recuperação ocorreu no ano seguinte com um crescimento de 5,1%. Já com relação a taxa de desemprego, as porcentagens foram diminuindo de forma mais tímida ao longo do tempo: 5,6% em 2010, 5,2% em 2011, 5% em 2012, 4,9% em 2013 e 3,6% em 2014 (Figura 12).



Figura 12 – PIB e Taxa de Desemprego do México durante a Crise do Subprime.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

O impacto da crise imobiliária dos Estados Unidos também se fez sentir na Espanha em 2009, onde o desempenho econômico foi de -3,5%, em 2010 de 0%, em 2011 de -0,9%, em 2012 de -2,9% e em 2013 de -1,7% (Figura 13). Totalizando cinco anos de recessão economia no país. Seguido também por altas taxas de desemprego que não diminuíram mesmo após as séries de reformas na legislação trabalhista iniciadas em 2010.

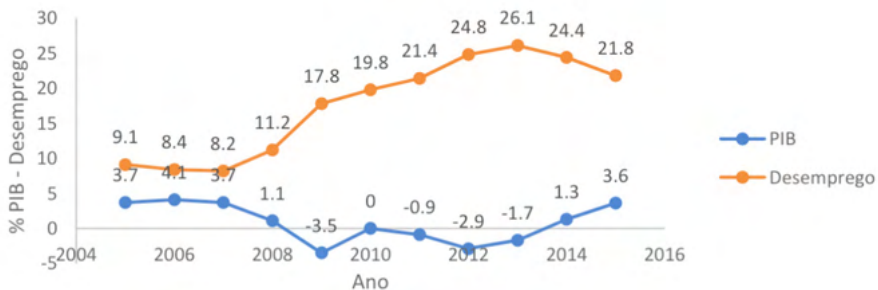


Figura 13 – PIB e Taxa de Desemprego da Espanha durante a Crise do Subprime.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

### 3.6 Crise brasileira (2015/2016) – Brasil

A queda da taxa de lucro e da rentabilidade financeira são as causas centrais da crise econômica e política no país entre 2014 e 2016. O declínio da lucratividade quebrou a coalizão de classes constituída no Governo Lula. A presidente Dilma Rousseff adotou uma série de estímulos fiscais e incentivos creditícios para a acumulação de capital em um período de redução da taxa de lucro. O setor privado restringiu seus investimentos e a taxa de crescimento caiu substancialmente. Após a reeleição em 2014, o governo adotou uma política de austeridade fiscal, elevação da taxa de juros e aumento dos preços dos produtos monitorados. Em 2015, o PIB declinou e a inflação cresceu. Com o aprofundamento da crise econômica, a presidente Dilma Rousseff foi removida do poder (MARQUETTI; HOFF; MIEBACH, 2016).

A recessão econômica somada aos altos índices de desemprego, inflação, baixo apoio parlamentar e grande insatisfação popular, desencadeou uma grave crise política que se consolidou em forma de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Gerando uma das maiores crises econômicas da história do país e que deixou como herança a grande massa de desempregados e o baixo crescimento do produto. Já a partir de 2017, durante o governo de Michel Temer, uma nova reforma trabalhista foi realizada com objetivo de flexibilizar a CLT e colaborar para com a redução das altas taxas de desemprego.





Figura 14 – PIB e Taxa de Desemprego no Brasil durante a Crise de 2015-2016.

Fonte: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

O PIB brasileiro apresentou uma tímida melhora em 2017, com crescimento de 1% e se manteve assim em 2018, com 1,1%. Porém, mesmo após uma das maiores flexibilizações já feitas na CLT a taxa de desemprego se manteve basicamente inalterada, na casa de dois dígitos: 12,7% em 2017 e 12,2% em 2018.

## 4 | ANÁLISE

Ao relacionar os dados obtidos dos países selecionados, torna-se possível observar, analisar e se chegar a conclusões a respeito do tempo de duração das crises em um país com maior ou menor flexibilização das normas trabalhistas, a velocidade da recuperação econômica após a realização de reformas em períodos de ciclos econômicos e os impactos das reformas no que se refere a mitigação da taxa de desemprego de cada país.

Durante o Primeiro Choque do Petróleo (1973), a recuperação econômica nos Estados Unidos, país este que possui uma das mais flexíveis legislações trabalhistas do mundo, se deu após dois anos seguidos de recessão. No Chile, as reformas implantadas desde o início dos anos 1970, não assegurou a estabilidade econômica nos cinco primeiros anos da década. Já na Argentina, o aumento nas garantias de direitos trabalhistas não impediu que o país apresentasse um crescimento de dois anos seguidos (1973 e 1974); assim como também não garantiu a estabilidade do produto nos anos seguintes. No Segundo Choque do Petróleo, os Estados Unidos apresentaram novamente dois anos de recessão, porém não consecutivos, tendo ainda alcançado rápido crescimento e recuperação econômica. No que se refere ao desemprego, o crescimento do PIB no ano de 1981 não inibiu o crescimento no número de desocupados no país, além de não colaborar para com a redução rápida da taxa.

Em 1982, com a Crise da Dívida Latino-Americana, o México – país que não flexibilizou sua legislação trabalhista – ficou em recessão durante dois anos, 1982 e 1983, apresentando elevação do PIB e principalmente mitigação da taxa de desemprego. Assim como o México, o Chile ficou em recessão durante dois anos, mesmos após o início de um conjunto de reformas trabalhistas no país, o que garantiu uma estabilidade para o

crescimento econômico nos anos posteriores, assim como a mitigação das altíssimas taxas de desemprego. Na Argentina, o crescimento do PIB desacelerou e entrou em recessão entre o Segundo Choque do Petróleo e a Crise da Dívida, no entanto, o país adotou medidas flexibilizadoras na legislação que permitiu ao país uma recuperação econômica em 1983.

Durante a crise denominado por alguns autores com “Efeito Tequila” em 1994, o México – país onde se originou a crise – sofreu com apenas um ano de recessão econômica (1995), tendo rápida recuperação no ano seguinte e reduzindo taxas de desemprego no mesmo ritmo. O Brasil, por sua vez, que vinha sofrendo com a desaceleração do PIB e aumento do desemprego por conta do impeachment de Fernando Collor em 1992, conseguiu sair da recessão em apenas um ano; já durante a crise em si, o país não foi impactado mantendo os níveis de produto e emprego. Porém durante o primeiro governo de FHC, houve redução do PIB e aumento do desemprego e isso mesmo após a implantação de medidas de flexibilização da legislação trabalhista vigente. No caso da Espanha, após a recessão de 1993, foram adotadas medidas de flexibilização das leis laborais em 1994 que teve um efeito muito tímido, porém positivo no aumento do produto e redução do desemprego.

A crise imobiliária que ocorreu entre 2007 e 2008, fez a economia estadunidense permanecer durante dois anos em recessão em (2008 e 2009) com aumento das taxas de desemprego, já no terceiro ano (2010) houve a recuperação no crescimento do produto, porém ainda com aumento da taxa de desocupados que mitiga a partir de 2011. A Espanha perante esta crise permaneceu durante quatro anos (2009, 2011, 2012 e 2013) na recessão com um aumento grandioso no número de trabalhadores sem emprego, sendo implantada neste momento a reforma trabalhista mais profunda da história do país que, apesar de ter colaborado para um crescimento paulatino do PIB, colaborou de forma muito fraca para redução das altíssimas taxas de desemprego. O México, por sua vez, sofreu com apenas um ano de recessão em 2009, com um crescimento do produto que desacelerou posteriormente, porém sem levar o país à recessão nos cinco anos seguintes, assim como reduções na taxa de desocupados que já estavam próximas ao pleno emprego.

O caos político que desencadeou uma das maiores recessões econômicas do Brasil durante 2015 e 2016, foi fator culminante para a elaboração da reforma trabalhista de 2017 que colaborou para o crescimento do produto (1%), mas que não gerou o efeito esperado na redução da alta taxa de desemprego que se concentra no mesmo patamar até hoje.

Ao relacionar as informações obtidas, tornou-se possível observar que perante ciclos econômicas a maioria dos países analisados recorreram a reformas trabalhistas com intuito de mitigar o desemprego e elevar a atividade econômica. No entanto, ficou claro que a recuperação não se dá somente devido a flexibilização, sendo necessário considerar outras variáveis importantes. Além disso, as reformas aparentaram serem mecanismos complementares ou auxiliares de outras medidas econômicas para melhorar a expectativa dos investidores, empresários e mercado como um todo, colaborando para elevar o PIB à

um patamar satisfatório.

Ficou notório ainda, que na maioria dos períodos de crise, os países apresentaram recessões que duraram cerca de dois anos e isso se passando em países com legislação flexível (Estados Unidos), com legislação inflexível (México) e em países que realizaram mudanças durante o período de dificuldade na economia. Evidenciando assim que não há uma relação direta entre o ato da flexibilização da legislação laboral com uma saída da recessão econômica de forma mais rápida e emergente.

Outro ponto a ser enfatizado está no fato de as reformas trabalhistas não serem de fato garantidoras, de forma isolada, das mitigações das taxas de desemprego que assolam os países. Sendo esta realidade visível principalmente em ciclos mais recentes que afetaram as economias da Espanha e do Brasil, países estes que adotaram medidas de flexibilização da legislação com intuito de incentivar o aumento da oferta de empregos aos trabalhadores, mas que não obtiveram êxito e que ainda hoje possuem taxas de desemprego consideradas altas para suas economias. O que nos leva também a refletir e questionar se ainda é viável ou não continuar utilizando fórmulas que vem sendo aplicadas desde a década de 1970 para solucionar recessões mais distintas e complexas que as vistas no passado.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento atual que o Brasil passa nos convida a buscar entender como a flexibilização das leis do trabalho, aprovada em 2017, poderá colaborar para com o crescimento econômico e mitigação da taxa de desemprego que atinge cerca de 12% da população brasileira. Foi necessário analisar experiências empíricas de países ocidentais que já possuem legislações trabalhistas mais flexíveis ou que realizaram reformas com objetivo de flexibilizar as leis laborais existentes, para superar um período de recessão econômica. Investigar como os impactos que uma legislação do trabalho, mais rígida e uma mais flexível podem influenciar no tempo de permanência ou saída de um país de um período recessivo. Explicitando assim a importância que as leis do trabalho possuem como uma das variáveis no dinamismo da recuperação da atividade econômica.

Constatou-se que, o objetivo geral de analisar em períodos de crise econômica, se a flexibilização da legislação trabalhista colabora de fato para com a redução do período de recessão, mitigação da taxa de desemprego e aumento da atividade econômica, foi atendido. Pois foi possível descobrir que a flexibilização como medida única não possui pungência suficiente para elevar o produto e mitigar o desemprego.

Verificou-se que o objetivo específico de analisar se a flexibilização da legislação trabalhistas pode colaborar para mitigar os níveis de desemprego, foi atendida. Todavia, evidenciou-se que durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, as medidas flexibilizadoras das normas laborais foram efetivas (quando somadas com outras medidas) e coloraram

para redução do desemprego. No entanto, perante crises econômicas mais recentes, parecem não apresentar o efeito esperado pelos formuladores de políticas públicas, como nos casos do Brasil e Espanha, por exemplo.

Notou-se ainda que o objetivo específico de saber se a flexibilização das leis do trabalho gera algum impacto positivo na diminuição do período de recessão, foi atendida. Pois evidenciou-se que tanto países com maior flexibilidade quanto aqueles que possuem menor flexibilidade não apresentaram grandes diferenças de tempo na recuperação da atividade econômica, assim como não apresentaram os países que realizaram reformas durante período de recessão.

Assim sendo, refuta-se a hipótese de que a há relação entre a flexibilização no mercado de trabalho e a velocidade de recuperação após a ocorrência de uma recessão econômica. Pois são primordiais outras medidas complementares à reforma da legislação, para que esta tenha êxito e assim possa colaborar com resultados favoráveis no produto e no emprego.

## REFERÊNCIAS

MARTINS, Sérgio Pinto. Breve histórico a respeito do trabalho. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 95, p. 167-176, 2000.

NUMHAUSER-HENNING, Ann. Las negociaciones colectivas y la flexibilización del derecho laboral. en A. OJEDA AVILÉS y O. ERMIDA URIARTE: **La negociación colectiva en América Latina**, Instituto Europeo de Relaciones Industriales, Editorial Trotta, Madrid, 1993.

AGUIAR, Marcelo Dias. **Flexibilização das leis trabalhistas**. Biblioteca Jurídica Virtual, 2009.

NASIHGIL, Arion Augusto Nardello; DUARTE, Francisco Carlos. **A flexibilização do Direito do Trabalho como instrumento de desenvolvimento econômico em conflito com o princípio da vedação do retrocesso social**. Nomos, v. 35, n. 2, 2015.

BASTOS, Carlos Pinkusfeld; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **Crise subprime nos Estados Unidos: a reação do setor público e o impacto sobre o emprego**. 2011.

CARCANHOLO, Marcelo, et al. **Crise Financeira Internacional-natureza e impacto**. Ilegitimidade da Dívida Pública: quem deve a quem, 2008, p. 197-234.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. **Uma visão geral sobre a reforma trabalhista**. 2017. CORTÁZ, R. (1993), Política laboral em el Chile democrático: avances y desafíos em los noventa, Dolmen.

DE CARVALHO, Alexander Perazo Nunes; DE CARVALHO NETO, Abimael Clementino Ferreira; GIRÃO, Henrique Andrade. A reforma trabalhista como consequência da necessidade de flexibilização das relações de trabalho diante da evolução da sociedade. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 8, n. 3, p. 49-66, 2018.

FARES, Seme TaleB. O Pragmatismo do Petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. **Revista brasileira de política internacional**, 2007, vol. 50, no 2, p. 129-145

FROYEN, RICHARD T. **Macroeconomia**. Editora Saraiva, 2003.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Reforma trabalhista**. Salvador: Juspodivm, 2017.

GHISLENI, Maria Salete Dalla Vecchia. **Flexibilização Do Direito Do Trabalho**. Centro Universitário Univates. Publicado em Dezembro 2006.

HINKELAMMERT, Franz Josef. **A Dívida externa da América Latina: o automatismo da dívida**. Editora Vozes, 1989.

MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecilia; MIEBACH, Alessandro. **Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira**. Artigo não publicado, 2016.

NETO, JOSÉ FRANCISCO SIQUEIRA. **Direito do trabalho e flexibilização no Brasil**. São Paulo em perspectiva, v. 11, p. 1, 1997.

POLARI, Rômulo Soares. **A concepção keynesiana das crises econômicas e sua crítica com base em Marx**. Revista de Economia Política, v. 4, n. 2, p. 14-6, 1984.

ROCHA, Georgia de Cássia. **México: Nafta, crise do peso de 1994-95 e diretrizes de política econômica do período**. 2004.

TORRE, Juan Carlos; GERCHUNOFF, Pablo. **La economía política de las reformas institucionales en Argentina: Los casos de la política de privatización de Entel, la reforma de la seguridad social y la reforma laboral**. Inter-American Development Bank, 1999.

LORA, Eduardo et al. **La legislación laboral en el proceso de reformas estructurales de América Latina y el Caribe**. Working Paper, Inter-American Development Bank, Office of the Chief Economist, 1997.

GOLDIN, Adrián. **Normas laborales y mercados de trabajo argentino: seguridad y flexibilidad**. CEPAL, 2008.

LÓPEZ, Diego. **Mitos, alcances y perspectivas de la flexibilización laboral: un debate permanente**. Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002.

QUIÑONES, Sergio Arturo. **La flexibilidad laboral en España y Perú: análisis de ciertos aspectos diferenciadores**. Derecho PUCP, n. 68, p. 209-334, 2012.

TOLEDO, Enrique de la Garza. **La flexibilidad del trabajo en América Latina**. Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho, v. 3, n. 5, 1997.

MORGADO VALENZUELA, Emilio. **Las reformas laborales y su impacto en el funcionamiento del mercado de trabajo en Chile**. 1999.

BUSNELLO, Ronaldo. **Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas. Reestruturação produtiva, desemprego no Brasil e ética nas relações econômicas**. Ijuí, p. 11-33, 2000.

RECIO, Albert. **Flexibilidad laboral y desempleo en España (reflexiones al filo de la reforma laboral)**. Cuadernos de relaciones laborales, v. 5, p. 57-74, 1994.

DOLADO, Juan José; FELGUEROSO, Florentino. **Propuesta para la reactivación laboral en España**. Libro electrónico ([http://www.crisis09.es/PDF/Propuesta\\_reactivacion\\_laboral.pdf](http://www.crisis09.es/PDF/Propuesta_reactivacion_laboral.pdf)), 2010.

ANTUNES, Ricardo et al. **A crise, o desemprego e alguns desafios atuais**. Serviço Social & Sociedade, 2010.

DINIZ, Simone. **A reforma trabalhista argentina: a política de prêmios e castigos**. Tempo da Ciência, v. 13, n. 25, p. 157-175, 2006.

NETO, JOSÉ FRANCISCO SIQUEIRA. **Direito do trabalho e flexibilização no Brasil**. São Paulo em perspectiva, v. 11, p. 1, 1997.

SANTOS, Vinicius Correia. **Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos**. COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, v. 6, 2009.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Administração de empresas 9, 56, 233

Ambiente de contratação livre de energia 9

Animais 1, 4, 5, 7, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189

Animais domésticos 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188

Atores políticos 173, 174, 175, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

Auditoria 246, 247, 249, 252, 253, 255

### B

Bem viver 38, 54

Brasil 3, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 88, 89, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 116, 118, 121, 125, 128, 130, 131, 132, 135, 137, 140, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 155, 160, 161, 163, 164, 168, 171, 172, 175, 187, 188, 192, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 211, 212, 216, 219, 220, 224, 225, 241, 244, 245, 247, 248, 249, 254, 255, 256, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 272

### C

Capital humano 59, 60, 61, 62, 70

Cemig 13, 21, 22, 23, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171

Centros urbanos 190, 192, 193, 195, 196, 198, 199, 210

Cidade i-mobilizada 214

Comércio eletrônico 226, 227, 229, 230, 231, 232

Contexto online 226, 227, 229, 230, 231, 232

Contornamento territorial 214, 215, 219, 222

Covid-19 235, 236, 241

Crescimento 1, 3, 4, 5, 6, 7, 53, 62, 63, 68, 69, 71, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 195, 206, 231, 240, 245, 263

### D

Desemprego 40, 45, 48, 55, 57, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 111, 239, 240, 241, 243

Desenvolvimento 1, 3, 5, 7, 10, 14, 35, 37, 38, 40, 41, 43, 47, 48, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 103, 121, 137, 146, 147, 168, 190, 191, 192, 194, 195, 197, 226, 227, 229, 235, 236, 240, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 258, 260, 262, 263, 272, 273, 274

Diversificação 1, 2, 194

## **E**

Economia solidária 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58

Eletricitários 162, 167, 170, 171

Emprego 39, 44, 50, 53, 54, 90, 94, 101, 103, 116, 143, 162, 163, 171, 172, 202, 203, 235, 236, 238, 240, 241, 244, 245

Equação estruturada 130

## **F**

Flexibilização trabalhista 88

Fotografia 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

## **G**

Gênero 38, 52, 140

Gestão empresarial 71, 120, 127

Gestão energética 9

## **I**

Imaginário social 190, 192, 193, 195, 196, 198, 199, 210, 211

Informação étnico-racial 256, 257, 258, 259, 260

Inovação 52, 62, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 184, 185, 186, 187, 188, 230, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 245, 251, 262, 263, 266, 267, 270, 271, 272, 273, 274

Instrumento 2, 41, 43, 48, 59, 61, 64, 91, 103, 107, 110, 112, 120, 121, 122, 127, 137, 141, 191, 192, 193, 233, 264, 267

Inteligência artificial 236, 242, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 252, 253

## **J**

Judiciário 55, 106, 107, 113, 114, 115, 116, 117

## **M**

Mercado laboral 72, 73, 78, 81, 83, 85, 86

Modo de produção 38, 39, 40, 41, 43, 44, 52, 53, 55, 58

Monitoramento 10, 35, 186, 188, 196, 246, 247, 249, 250, 252, 253

Mototáxi 214, 219, 220, 221, 222, 225

## **O**

Olhar fotográfico 190, 193, 194, 197, 200



## **P**

Pandemia 52, 235, 238, 241, 244  
Papel educativo da biblioteca 256  
Perícia criminal 262, 263, 272, 274  
Planejamento 47, 60, 67, 68, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 133, 148, 188, 260, 263  
Plano de negócios 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129  
Políticas inovadoras 173, 174, 175  
Pós-democracia 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 116, 117  
Precarização 90, 111, 116, 158, 162, 163, 165, 171, 172  
Previdência social 90, 153, 154, 156, 157, 158  
Profesión 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 85, 86

## **Q**

Questionário 122, 129, 131, 137, 138, 140, 141, 179, 209, 262, 264, 273

## **R**

Readaptação/Reabilitação 153, 154, 158, 159, 160  
Recessão econômica 88, 90, 95, 101, 102, 103  
Redução de custos fixos 9  
Reforma trabalhista 88, 89, 95, 97, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 119  
Regiões 1, 2, 3, 7, 12, 168, 188, 192  
Regressão 1, 3, 12  
Relato de experiência 190, 197  
Remuneração por desempenho 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149  
Revolução industrial 235, 236, 237, 238, 242, 244, 247, 251, 252, 255

## **S**

Semi-profesión 72  
Sobrecarga de informações 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233

## **T**

Tarifas de energia 9, 13, 15, 31, 36  
Terceirização 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172  
Trabajador social 72, 73, 74, 76, 81, 85  
Trabalhadores 41, 44, 45, 48, 89, 90, 92, 101, 102, 111, 112, 113, 116, 117, 131, 153, 156,

157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 195, 236, 237, 240

Trabalho 1, 2, 3, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 32, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 70, 71, 88, 89, 90, 96, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 147, 149, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 184, 187, 188, 196, 197, 198, 200, 201, 205, 208, 209, 210, 211, 215, 216, 220, 221, 224, 228, 233, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 249, 253, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 267, 270, 271, 273, 274

Treinamento 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 205, 249, 267, 273

🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Desafios das

# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência

# 2



🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Desafios das

# CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência

# 2

